

Participar para Exigir: Juventude de Maputo e o Diálogo Nacional Inclusivo



A pesar da desconfiança generalizada sobre a eficácia do Diálogo Nacional Inclusivo (DNI), particularmente quanto à sua capacidade de responder às preocupações das comunidades que estiveram na linha da frente dos protestos, a juventude mostra-se disponível para participar. Esta disposição, não parte da crença de que as suas vozes serão imediatamente consideradas nos processos de decisão, pelo contrário, os jovens demonstram cepticismo quanto à real

inclusão das suas opiniões, porém vêm na participação, uma oportunidade estratégica de acompanhar o processo de perto; compreender como funciona e construir uma base de informação que lhes permita, no futuro, exigir com mais propriedade, legitimidade e conhecimento.

A motivação para participar, portanto, está menos relacionada com a expectativa de influência directa, mas sim com o fortalecimento da sua capacidade crítica e de intervenção a

médio e longo prazo. Trata-se de um posicionamento consciente e pragmático que sublinha a importância da informação como ferramenta de pressão e cidadania activa.

Estas constatações são suportadas por material empírico colectado durante a Oficina para a Intervenção Juvenil Crítica no Diálogo Nacional Inclusivo, na cidade de Maputo, realizada no dia 14 de Outubro de 2025, pela Associação para Promoção da Inclusão Social da Juventude e das Diversidade em Moçambique (INCLUSÃO), em parceria com as organizações POR ELA, Centro de Estudos Urbanos de Moçambique (CEURBE),

Criar Moçambique, Maningue Diversidade, ANTRA Moçambique e Participe, no âmbito dos projectos “Influencers da Coesão Social” e “Ela nos Media”.

Esta oficina reuniu 39 jovens, sendo 58% mulheres e 41% homens, todos com menos de 35 anos de idade. Esta oficina teve uma particularidade, que foi a participação de duas pessoas com albinismo, 12 pessoas LGBTQ+ e 9 aliados a causa LGBTQ+, o que evidencia a necessidade de o diálogo também pautar pelo compromisso a diversidade e a inclusão. Vale ressaltar que a maioria dos participantes provinha do Município da Cidade de Maputo.

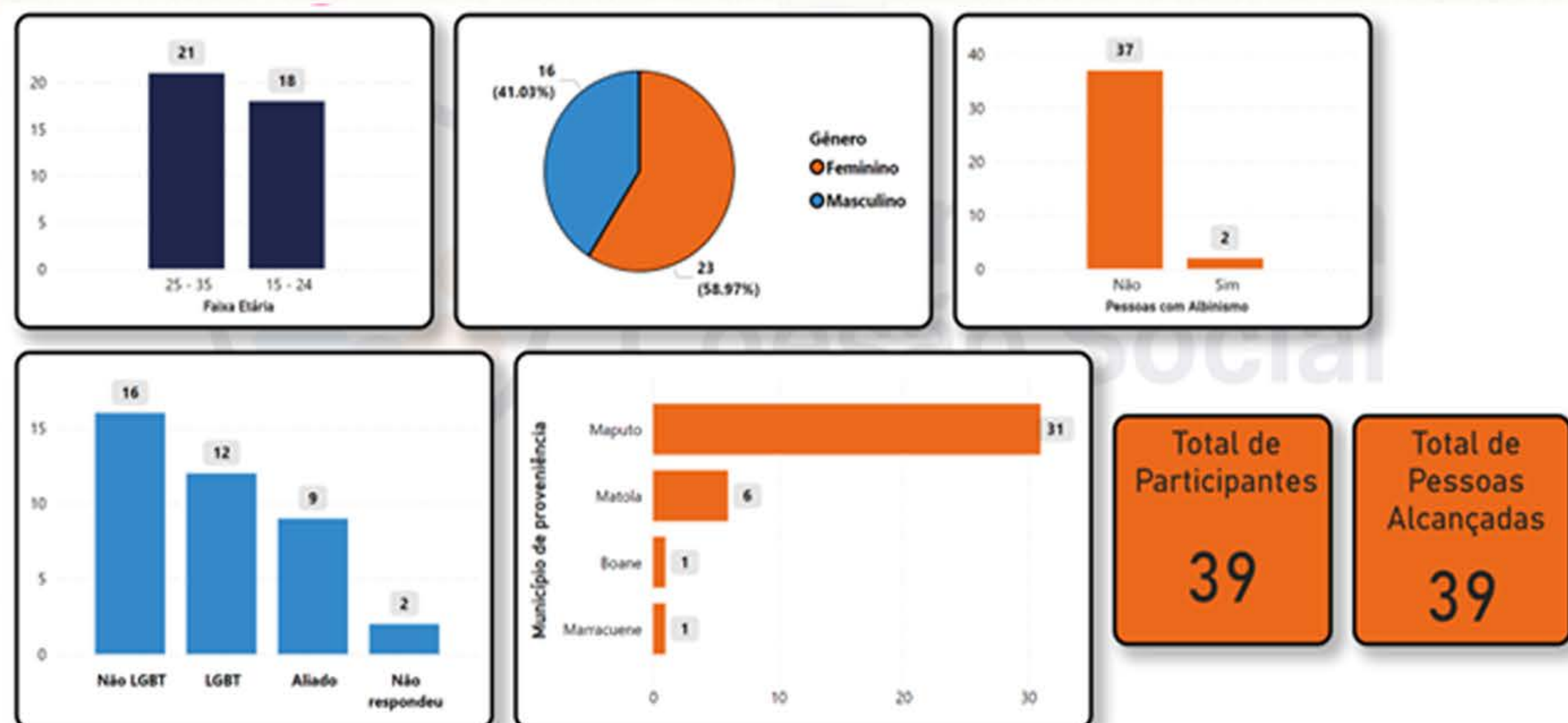


Figura 1: Perfil dos participantes das sessões

Ausência das Vozes da Linha da Frente

Desta oficina, percebeu-se a partir das intervenções dos participantes que há forte percepção de exclusão dos principais protagonistas dos protestos no processo de DNI. Os participantes citados abaixo, reconhecem que os jovens que se manifestaram nas ruas, sendo estes elementos centrais que motivaram a realização do diálogo, não foram incorporados como actores principais. Em vez disso, o processo é visto como dominado por figuras institucionais e representantes da sociedade civil que, segundo os participante da oficina, não representam os grupos verdadeiramente marginalizados.

"O Presidente fez um diálogo com a juventude, nós estamos aqui. Mas nós não somos as pessoas que estavam nas ruas a protestar. As pessoas que vão manifestar estão lá fora, e nós não representamos todos. Os jovens estão lá a manifestar" (Intervenção, de Activista e Lider de Organização LGBTQIA+)

"Ha Falta credibilidade. Acho que este processo está minado, porque chegou-se a ele por causa do Venâncio Mondlane. No entanto, ele e o partido não foram chamados" (Intervenção de Activista Politico)"

A exclusão do político Venâncio Mondlane e do partido ANAMOLA é apontada como um símbolo claro da natureza selectiva e politicamente orientada do processo, o que levou à realização de auscultações paralelas. Igualmente, destaca-se o privilégio dado a organizações baseadas no centro da cidade, em detrimento das comunidades periféricas, onde as acções de mobilização e escuta activa são praticamente inexistentes.

Paralelamente, observa-se uma crítica à predefinição da agenda do diálogo, o que levanta dúvidas sobre a sua real abertura e inclusividade. Os participantes reflectem que as decisões-chave já estão tomadas, com a FRELIMO a exercer um controlo visível sobre o conteúdo e os limites do processo. A afirmação de que "não há tempo para incluir agendas particulares" revela uma limitação imposta à participação efectiva de novos actores e temas emergentes. Essa percepção

de controlo e fechamento enfraquece a legitimidade do diálogo como espaço democrático e participativo:

incluir os outros, porque não há tempo para incluir agendas particulares. No entanto, se o diálogo é inclusivo, como é que a FRELIMO é quem dita o que está a acontecer? Para mim, isso não faz sentido" (Intervenção de Activista Ambiental).

Para os jovens participantes da oficina, o DNI surge não como um espaço autêntico de construção colectiva, mas como uma resposta institucional à crise, desenhada para gerir tensões e não necessariamente para transformá-las de forma inclusiva.

"O diálogo é uma resposta directa aos protestos. Os protestantes não estão no diálogo e não estão representados. Vão dizer que estão, mas depois metem a sociedade civil, que não nos representa. Nós não representamos os que, de facto, estão marginalizados. Este diálogo... eu vejo o diálogo como um instru-

mento de mediação de crise. O próprio processo é mediado pelo Presidente da República, não faz sentido. Outro aspecto é a nossa cultura de passividade, nós temos isso: basta estarmos bem, está tudo certo. Noutros contextos, as pessoas boicotam o processo" (Intervenção de Activista político e pesquisador).

Desconfiança como Ponto de Partida

O envolvimento neste processo de DNI é marcada por desconfiança, estratégia e consciência cívica, onde o efeito do poder no diálogo está directamente ligado à capacidade de exigir prestação de contas. O jovem Anacleto reconhece a falta de credibilidade do processo do Diálogo Nacional Inclusivo, sustentada por experiências passadas de acordos não cumpridos e promessas falhadas. Ainda assim, decide participar, não por acreditar numa mudança imediata, mas para ganhar legitimidade e argumentos sólidos para, no futuro, poder reclamar com base e não apenas com emoção. Este acto de participar torna-se, assim,

um posicionamento político, é uma forma de garantir o direito de questionar e responsabilizar os decisores.

"Eu não acredito muito na credibilidade do processo (DNI). Já vimos diálogos que depois não resultaram em grandes mudanças. Mesmo o partido militarizado chegou a acordos que depois não foram cumpridos. Agora, eu, jovem que só confio em manifestar, não tenho arma. Será que serei mesmo ouvido? Eu não participo deste processo com fé de que algo vá mudar, mas participo, de facto, para ter bases para, no futuro, fazer reclamação. (...) Para ter in-

formação sobre o diálogo (lançamento), tive de implorar às pessoas da FRE-LIMO. Então, vou participar (das auscultações. Não quero reclamar com base na emoção, quero reclamar com bases. Eu quero provar isso" (Intervenção, de Activista e Lider de Organização LGBTQIA+).

A dificuldade de acesso à informação, como a comunicação tardia sobre eventos importantes, evidencia barreiras estruturais que limitam o poder real de participação. Isso demonstra que, mesmo quando há vontade de participar de forma consciente e crítica, o sistema ainda cria obstáculos que restringem o exercício pleno da cidadania.



"As informações sobre este processo chegam muito tarde. Por exemplo, para o lançamento, recebi a informação de que podia participar muito tarde, o evento era na segunda-feira de manhã e eu só soube às 23h de domingo." (Intervenção, de Activista e Lider de Organização LGBTQIA+)

A Oportunidade da Descentralização

O excerto destaca a necessidade de reconhecer e explorar a potencialidade da descentralização do DNI, sublinhando que o actual processo representa uma mudança em relação aos modelos anteriores, que eram essencialmente bilaterais e centralizados. Alberto apela a uma postura construtiva, desencorajando críticas prematuras e promovendo uma leitura mais optimista do momento actual, onde actividades de diálogo estão a acontecer nos bairros, um espaço anteriormente pouco considerado, a não ser por figuras como Dhlakama. Esta descentralização do diálogo é vista como uma oportunidade inédita de alargar a participação e tornar o processo mais representativo. Ao invés de adoptar uma postura de vitimização, o

excerto sugere que os cidadãos devem aproveitar este novo espaço para influenciar agendas e fortalecer a inclusão a partir das bases, sinalizando que a legitimidade do processo pode crescer ao consolidar-se uma participação mais próxima das comunidades.

"Não sejamos actores preocupados em fazer campanha negativa sobre o processo. Neste momento, não temos bases sólidas para falar de inclusão ou de aspectos negativos. A forma como está a ser feita a inclusão agora ainda é muito prematura para julgamentos. Os diálogos sempre foram bilaterais. Neste momento, temos algo diferente e devemos explorar isso. Há actividades a decorrer nos bairros, antes era só o Dhlakama a fazer. Então, não podemos ter uma perspectiva vitimista" (Empreendedor e Activista Politico).

Recomendações:

1. Garantir a inclusão efectiva dos protagonistas dos protestos e actores marginalizados: A Comissão Técnica deve priorizar a inclusão activa dos jovens e grupos que estiveram na linha da frente dos protestos, e que, segundo os participantes, continuam excluídos ou mal representados no processo. Isso implica ir além da sociedade civil institucionalizada e engajar directamente com actores emergentes, colectivos informais e lideranças comunitárias que expressam as reais tensões sociais.

2. Aumentar a transparência e acessibilidade da informação ao longo de todo o processo: O acesso limitado e tardio à informação, como relatado por participantes como Anacleto, compromete seriamente a qualidade da participação e o princípio de igualdade de oportunidades. A Comissão Técnica deve garantir mecanismos regulares, claros e descentralizados de comunicação, assegurando que jovens de todas as zonas da cidade (e do país) tenham acesso atempado às convocatórias, agendas e resultados das sessões.

3. Aprofundar e consolidar a descentralização do diálogo: A descentralização do DNI é uma oportunidade concreta de tornar o processo mais acessível, representativo e próximo das realidades locais. A Comissão Técnica deve expandir e fortalecer os espaços de diálogo comunitário, sobretudo nas zonas periféricas e fora dos centros urbanos, de forma a garantir que a escuta não seja apenas simbólica, mas tenha impactos reais na definição da agenda. Como indicado nos testemunhos, há potencial para transformar a lógica do diálogo de bilateral e centralizada para plural e territorializada, criando pontes entre a juventude, as instituições e os territórios. Isso requer recursos, metodologias adequadas e vontade política de abrir o processo.

Informação Editorial

Propriedade: Associação para a Promoção da Inclusão Social de Jovens e Diversidades em Moçambique – INCLUSÃO

Autores: Anésio Manhiça e Gabriel Tembe

Contactos:

Tel.: +258 866352469 | Email: comunicacao@inclusao.org

 www.inclusaomoz.org

Av. Maguiguana, nr 1530, R/C, Maputo - Mozambique